

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA – EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR), CAMPUS ARARAS

1. INTRODUÇÃO

Na agropecuária, tem-se experimentado catástrofes da natureza causadas pelo mau uso do solo em eventos isolados, que acabam ficando na história e são reparados com as mesmas ferramentas que as provocaram, embora com uma roupagem de modernidade. Os elementos básicos se mantêm: monocultura, agroquímicos, uso excessivo de máquinas, competição contra a natureza, descampenização e apropriação de terras, que se entendem como formadores do sistema alimentar industrial capitalista. Frente aos impactos das atividades produtivas na natureza e seus efeitos na saúde humana, caminhos alternativos que envolvem diferentes visões, estratégias, posições e significados no tocante a produção de base ecológica, tem sido traçados (VRSKA, 2019). Entre eles, tem-se a Agricultura Sintrópica, desenvolvida por Ernst Götsch cuja finalidade é “buscar crociar agroecossistemas parecidos em suas formas e em suas dinâmicas com os ecossistemas naturais e originais de cada lugar onde se faz uma intervenção” (ANDRADE; PASINI, 2022, p. 19).

2. OBJETIVO

Esse trabalho faz um relato da implantação do Programa Residência Profissional Agrícola: vivências e saberes em Agricultura Sintrópica e Sistemas Agroflorestais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Araras.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Além de revisão bibliográfica, o relato baseia-se na observação participativa no projeto. Dada a limitação de espaço, não é possível adentrar na discussão sobre a Agricultura Sintrópica e os Sistemas Agroflorestais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 AgroResidência

O AgroResidência é o Programa de Residência Profissional Agrícola criado pelo governo federal em 2020, a fim de inserir estudantes e recém-egressos de cursos de ciências agrárias e afins, de nível médio e superior no mercado de trabalho. O Programa foi executado, até dezembro de 2021, pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2020). Importante destacar que não se trata de uma inovação. O Programa de Residência Agrária foi implementado como um Programa do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no governo Lula (2003-2011), no Plano Plurianual -PPA 2004-2007 e PPA 2008-2011. O foco era a agricultura familiar e a estruturação era diferente. O público-alvo do AgroResidência são jovens, com idades entre 15 e 29 anos, estudantes que estejam cursando todas as disciplinas e, no caso de graduando, realizando ou faltando realizar apenas o trabalho de conclusão de curso (monografia). O AgroResidência pode contar como estágio obrigatório do curso. No começo, os egressos deveriam ter concluído o curso há, no máximo, 12 meses (BRASIL, 2020). A participação de Instituições de Ensino, sejam elas universidades, faculdades, institutos, escolas técnicas federais, estaduais e municipais, públicas ou privadas sem fins lucrativos, deu-se através da seleção de projetos via edital de chamamento público. O edital foi lançado em 2020. E os estágios feitos nas chamadas unidades residentes, que pode ser fazendas, unidades de produção, empresas do agronegócio, cooperativas, empresas de assistência técnica (BRASIL, 2020).

4.2 O Programa de Residência Profissional Agrícola na UFSCar

O Programa de Residência Profissional Agrícola da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) inicialmente foi direcionado para discentes e recém-egressos dos cursos de Bacharelado em Agroecologia da UFSCar, campus de Araras. O curso, um dos pioneiros no Brasil, iniciou as atividades em 2009 em função do Programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI). Tem duração de cinco anos, pertence à área de agrárias, contudo, sendo a agroecologia uma ciência interdisciplinar, também engloba conhecimentos nas áreas de ciências sociais, ciências econômicas e ciências ambientais. Como no campus da UFSCar, em Araras, há o curso de Engenharia Agrônoma, decidiu-se no edital incluir também discentes e egressos desse curso, embora a formação seja muito diferente, focada no agronegócio.

As unidades residentes escolhidas foram o Fazenda Painal (Cravinhos/SP), o Sítio Agroflorestal (Terra Roxa/SP), e o Viveiro Escola (Osasco), todos pertencentes ao Instituto Nova Era, com foco na produção via Sistemas Agroflorestais seguindo os princípios da

agricultura sintrópica, idealizado e desenvolvida por Ernst Götsch. Trata-se de uma agricultura ainda pouco estudada, contudo, uma parte considerável das práticas agroflorestais realizadas no Brasil seguem suas premissas. Daí a importância de seu conhecimento na prática.

4.3 Problemáticas na implantação do Programa na UFSCar

A implantação do Programa de Residência Profissional Agrícola na UFSCar passou por uma série de obstáculos. O orçamento do Programa girou em torno das 10 bolsas disponibilizadas, por 11 meses, além de 10 bolsas docente e diárias, totalizando cerca de R\$ 165.000,00. As despesas de custeio eram baixas, cerca de R\$ 9.600,00, mas o Programa teve que pagar a taxa máxima para a Fundação de Apoio Institucional (FAI) gerenciar o projeto (R\$ 19.415,00), além disso, também teve que pagar a taxa mais alta da Pró-Reitoria de Extensão, órgão em que o projeto ficou ligado. Era final de 2020, a reitoria estava passando por mudança de gestão, o que impediu a discussão de taxas.

No tocante à implantação, um dos problemas levantados pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da UFSCar foi em relação ao fornecimento de certificação para os residentes. O entendimento era que o certificado bem como o programa deveriam ser conduzidos pelo Ministério da Educação, semelhante ao que ocorre com a residência médica no Programa Residência Multiprofissional em Saúde. Para a Proex, o Residência Agrícola, da maneira como foi estabelecida, não se constituía uma especialização como ocorre na medicina, logo nem deveria receber a denominação de residência. A respeito da sua implantação dentro das universidades brasileiras, cada instituição seguiu seu caminho, a sua leitura do Programa.

A segunda questão foi no tocante ao pagamento das bolsas. Havia um entendimento dentro da UFSCar de que as bolsas deveriam ser pagas diretamente pelo governo federal, mas o mesmo havia repassado os recursos para a UFSCar. O problema era o pagamento de bolsas para egressos uma vez que eram vistos como não pertencentes mais ao quadro da UFSCar, logo, não tinham aparato legal para que os mesmos recebessem bolsa, mesmo estando num projeto da Instituição. Várias instituições públicas resolveram isso criando programas de especialização, algo que a UFSCar recusou a fazer. A alternativa encontrada foi criar um curso de extensão de Residência Profissional Agrícola, com regimento interno, que teve que passar pelas instâncias deliberativas da Universidade para aprovação. No regimento criado estabeleceu-se a finalidade do Programa, o conceito, a organização geral, a forma do processo seletivo, a vinculação dos selecionados a UFSCar, os direitos e deveres dos residentes agrícolas, o desligamento, as formas de avaliação dos residentes, a expedição do certificado de

participação, as responsabilidades dos docentes orientadores e dos técnicos orientadores, a definição de unidades residentes e como resolver casos omissos.

Outro problema foi no tocante ao processo seletivo. Primeiramente era o momento da pandemia covid-19. As disciplinas com aulas práticas não estavam sendo ofertadas, portanto, muitos discentes não conseguiram concluir todas as disciplinas. Das 10 vagas disponíveis apenas 01 foi preenchida. Assim, ampliou-se foco do processo seletivo para discentes e egressos não apenas dos cursos de Agroecologia e Engenharia Agrônômica para também os cursos de Engenharia Florestal e de qualquer instituição pública ou privada brasileira, o que passou a incluir também o curso de Agronomia da UFSCar, campus Lagoa do Sino (Buri/SP). O problema no processo seletivo não foi exclusividade da UFSCar. Diante disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ampliou o prazo de 1 para 2 anos de formado. Mas isso não gerou maior demanda. A idade máxima de 29 anos foi claramente um empecilho para a entrada de novos residentes. O MAPA, antes do AgroResidência, não tinha clareza da quantidade de pessoas acima dos 30 anos que cursam o ensino superior. A procura pelo Residência por pessoas acima de 30 anos foi alto na UFSCar, mas não puderam concorrer.

O programa demorou para dar início na UFSCar porque, além das questões burocráticas internas, a Universidade demorou para liberar atividades de campo, em decorrência da pandemia covid-19. Isso também fez com que discentes selecionados desistissem. Na medida em que encontravam outros trabalhos, saíam do programa. Outro problema encontrado na UFSCar e também diagnosticado pelo MAPA no sul e sudeste do Brasil, é o baixo valor pago pela bolsa – R\$ 1.200,00, bem abaixo de um estágio remunerado, onde há pagamento de vale refeição/alimentação. Vários selecionados no processo seletivo da UFSCar ingressaram e depois saíram porque os valores obtidos em outros estágios eram maiores.

A UFSCar realizou 3 processos seletivos, sendo que a procura foi majoritariamente feminina, o que talvez demonstre uma dificuldade dessas mulheres em ingressarem no mercado de trabalho. Após seis meses de Residência, em março de 2023, só há 4 residentes, sendo 2 egressos do curso de Bacharelado em Agroecologia e 2 egressos do curso de Agronomia da UFSCar, campus de Lagoa do Sino. Há grande diferença de formação entre os egressos de Araras, que já conheciam a agricultura sintrópica, dos egressos da Lagoa do Sino, onde tudo é novo. A troca de conhecimento, contudo, tem sido rica. Nas reuniões de acompanhamento o saldo sempre é positivo e os relatos sempre são muito bons. Para a docente da UFSCar que liderou a implantação do projeto há clareza da importância dele, mas diante do trabalho hercúleo que o mesmo demandou, o desejo é não participar de novos editais.

5. Considerações Finais

O AgroResidência possui questões problemáticas derivadas de sua formulação, como idade e valor da bolsa, que devem ser resolvidas por parte do governo. Do ponto de vista interno, o caminho percorrido para a implantação do mesmo gerou uma curva de aprendizado que pode ser usado por outros docentes interessados na implementação do Programa. Mas cabe a gestão da universidade discutir os caminhos traçados e procurar alternativas para facilitar essa implantação a partir dessa experiência. No tocante a formação desses profissionais, a experiência é muito positiva, seja fixando o conhecimento já visto em sala, seja gerando conhecimento de uma nova realidade não estudada e adequada a situação ambiental em que se vive hoje. Ao contrário de um estágio obrigatório comum, o Programa permite uma troca maior de experiências e discussões da realidade entre orientador e orientado, fator que enriquece o conhecimento de ambos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Dayana; PASINI, Felipe. **Vida em sintropia**. Agricultura sintrópica de Ernst Götsch explicada. São Paulo: Labrador, 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Gabinete da Ministra. Portaria nº. 193, de 16 de junho de 2020. Institui o Programa de Residência Profissional Agrícola destinada a qualificar jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciência agrárias e afins. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-193-de-16-de-junho-de-2020-261924422>. Acesso em 07 mar 2023.

VRSKA, Ismael Pablo Ibarra. Regenerative agriculture and the problem of sustainability. Contributions for a discussion. **Economía y Políticas Públicas**, textual 74, julio-diciembre 2019, pp 51-85. <http://dx.doi.org/10.5154/r.textual.2019.74.02>